



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

O § 5º do art. 104 do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104.....
.....

§ 5º Os benefícios previstos neste artigo poderão ser usufruídos nas importações e aquisições no mercado interno realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da habilitação no Reidi da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura, **considerando-se: (NR)**

I - adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço, na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço; e (NR)

II - data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação da Reforma Tributária implementada pela EC 132/23 proposta no Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/24 seguiu o caminho correto e atendeu a um pleito geral do setor de infraestrutura ao manter disposições já vigentes em relação ao REIDI, REPORTO e regimes aduaneiros especiais.

O projeto prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS sobre certas importações e operações submetidas ao Regime Aduaneiro Especial



Aplicável ao Setor de Petróleo e Gás – Repetro, às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto e ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi.

No Capítulo III, referente aos regimes de Bens de Capital, a Seção I prevê a manutenção do Reporto, aplicando a suspensão do IBS e da CBS em importações e aquisições no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens realizados diretamente por beneficiários do regime, desde que destinados ao seu ativo imobilizado.

Entretanto, o legislador infraconstitucional não foi tão preciso no que diz respeito à limitação temporal para usufruto dos benefícios do REIDI, na Seção II, de forma que a proposta pode dar azo à interpretação que restringe o aproveitamento do benefício.

Ocorre que projetos de infraestrutura requerem extremo planejamento e se iniciam muito antes de qualquer aquisição de material, serviço ou locação. Negociações contratuais ocorrem antes da habilitação da empresa no regime do Reidi.

Por esse motivo, e para maior previsibilidade, o Decreto nº 6.144/07, que regulamenta o Reidi, prevê a aplicação da regra de suspensão do PIS/COFINS a partir da data de contratação do negócio, considerando a assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais – desde que essa data se dê em 5 anos da habilitação para o projeto.

O que se propõe com a presente emenda é a adequação do texto do PLP 68/24, para maior consonância com o quanto atualmente é previsto no Decreto nº 6.144/2007, de forma a dispor que o prazo para usufruir os benefícios do Reidi seja contado a partir da contratação do negócio (data de assinatura do contrato), desde que esse fato se dê em até 5 anos da habilitação do projeto.

Tal inclusão visa dar segurança às pessoas jurídicas que aproveitam do Regime do Reidi, já que há revogação dos incisos e artigos que tratam do programa na Lei 11.488/07 e os benefícios da lei são transportados para a redação do art. 99 do PLP 68/24. Não foi conferido o mesmo tratamento aos dispositivos do Decreto



6.144/2007, que nem sequer foram revogados e continuarão a existir no sistema regulamentando o Reidi, mas se referindo aos tributos antigos (PIS/COFINS).

Nesse sentido, é necessária a adequação do PLP 68/24 para evitar interpretações conflitantes que possam reduzir prazo atualmente aplicável para fruição da suspensão de IBS e da CBS no regime do Reidi.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares nesta Casa para a aprovação desta emenda, de forma a alterar o disposto no § 5º do art. 104 do PLP nº 68/2024, para garantir que o prazo para usufruir os benefícios do Reidi seja contado a partir da contratação do negócio (data de assinatura do contrato).

Sala da comissão, 15 de agosto de 2024.

**Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1047534415>